

O futuro governo e a renegociação da dívida

Tendo o *Wall Street Journal* informado que somente em março o conselho de administração do Fundo Monetário Internacional examinará a sétima "carta de intenção" apresentada pelo Brasil, concluiu-se, precipitadamente, que o organismo internacional havia sustado suas conversações com o atual governo brasileiro e optado por dialogar com a futura administração, e que, em consequência, a renegociação da dívida com os bancos privados, seguindo a mesma sorte, só seria reiniciada com o novo governo. Embora a notícia do jornal seja verdadeira, tais conclusões são falsas, e tudo indica, ao contrário, que o candidato da Aliança Democrática tem todo o interesse em que a solução desses problemas atinentes à dívida externa seja encontrada antes de sua posse.

É interessante verificar como o economista José Serra, coordenador da comissão que elabora sugestões para a fixação da política econômica do governo Tancredo Neves, mostrou-se claro nas suas proposições. O problema da renegociação da dívida externa é tarefa do atual governo, como também os compromissos assumidos na sétima "carta de intenção". Tais questões não entram na pauta da comissão designada pelo candidato da Aliança Democrática, e está bem claro que o futuro governo pretende respeitar os compromissos assumidos, aliás por um período curto, uma vez que o memorândum técnico estabelece compromissos quantificados para o primeiro e o segundo trimestres do ano.

A atitude do candidato Tancredo Neves é perfeitamente compreensível. O problema da dívida externa é assunto altamente controvertido entre os que apóiam o ex-governador de Minas Gerais, e não agradaria ao futuro presidente ver-se forçado a

exercer, de imediato, um difícil papel de arbitragem nessa questão, que aliás retardaria — com repercussões altamente negativas para nosso conceito no Exterior — uma solução da qual depende a definição da própria política econômica do novo governo. O sr. Tancredo Neves entende que possa haver na oposição opiniões divergentes sobre a condução do problema da dívida externa, mas considera que, passando-se para o outro lado da cerca, se percebe que não são muitas as opções do acerto com o FMI e os bancos credores. Como não se pode escapar aos critérios ortodoxos do organismo internacional, é melhor que tal imperativo seja aceito já pelo governo atual... O novo governo terá pelo menos a vantagem de poder criticar um acordo que, em nome da permanência da Nação, irá respeitar na medida do possível.

É nesta perspectiva que se pode entender a prudente reação dos que cercam o sr. Tancredo Neves, o qual, longe de se regozijar com a suspensão dos entendimentos em torno da renegociação, estava ficando preocupado com a notícia da suspensão. No entanto, nada tem ele que temer e, disso, o candidato da Aliança Democrática foi amplamente informado. Com efeito, ainda que a sétima "carta de intenção" não tivesse sido oficialmente aprovada, aliás até pela simples razão de não ter sido ainda entregue oficialmente ao FMI, é certo que o programa a ser oficializado por essa carta foi aprovado pelo diretor-gerente do organismo internacional, sr. Jacques de Larosière, após longa conversa com nosso ministro do Planejamento, no início deste mês. O diretor do FMI oficializou sua aprovação para quem possa interessar, a saber, para o comitê de assessoramento dos bancos credores, e, com isso, foi possível abrir oficialmente o processo de renegociação. A "carta

de intenção" será oficialmente remetida ao FMI no começo de janeiro: terá de receber o parecer do corpo técnico do organismo, que tem quatro semanas para fazê-lo, antes de ser submetida ao *board* do FMI, tramitação essa que realmente pode estender-se até o mês de março. Importa apenas notar que jamais o *board* recusou alguma "carta de intenção" aprovada pelo diretor-gerente.

Os bancos credores não estão esperando a aprovação do *board* do FMI para iniciar as conversações com o Brasil: para eles, bastou o sinal verde dado pelo sr. Jacques de Larosière. O presidente do Banco Central, sr. Affonso Celso Pastore, deu já um grande impulso a essas conversações e, no dia 3 de janeiro, voltará a Nova York para completar as negociações. O princípio de renegociação plurianual (até 1990 ou 1991) já foi aceito, mas ainda se discute a questão do prazo de carência e do valor do *spread*. Tudo indica que se chegará a acordo antes da posse do futuro governo e não há dúvida que tal renegociação aliviará de modo sensível o encargo do sucessor do presidente João Figueiredo.

Pelos contatos que mantivemos com banqueiros estrangeiros, percebemos que há grande curiosidade quanto à composição da nova equipe governamental e à orientação que será imprimida à política econômica. Não há, porém, preocupação quanto à espera da posse para que se tomem decisões sobre questões que tanto o devedor quanto os credores querem ver resolvidas o mais cedo possível. Apenas os banqueiros estrangeiros poderão fazer depender do acordo do FMI a eficácia do acordo. Hoje em dia, os problemas internos avultam como muito mais importantes e constituem, sem dúvida, a preocupação principal do futuro governo.